O GLOBO
Publicado em 14/05/2024 - 05:57

R$15 bi são destinados à recuperação do RS

CRISTIANO MARIZ

Reforço. Caminhões do Exército com mantimentos no Rio Grande do Sul: dívida suspensa por três anos representa R$ 11 bilhões; juros zerados representarão R$ 12 bilhões, segundo Haddad

IMPULSO À RECONSTRUÇÃO

DE DÍVIDA COM A UNIÃO SUSPENSA A APOIO DE BANCO MULTILATERAL, AJUDA AO RS DEVE CHEGAR A R$ 15 BI

SOS RIO GRANDE DO SUL

Na esteira dos estragos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou ontem a suspensão da dívida do estado com a União por três anos, o que representa uma economia de R$ 11 bilhões. O governo federal também deve zerar os juros da dívida, que custariam mais R$ 12 bilhões de gastos do estado no período, segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Além disso, o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) vai disponibilizar até R$ 3,8 bilhões (US$ 746 milhões) para ajudar a mitigar os efeitos das inundações, chegando a um total de R$ 14,8 bilhões de ajuda financeira para o estado.

O dinheiro economizado com a suspensão da dívida — que ainda precisa de aprovação pelo Congresso — será usado na reconstrução das cidades gaúchas atingidas pelas chuvas. Dos 497 municípios, 450 foram atingidos de alguma forma pela tragédia, segundo a Defesa Civil gaúcha.

Durante reunião com o governador Eduardo Leite (PSDB), Lula disse que deve ir ao estado amanhã para divulgar medidas de benefícios diretos à população. O governo avalia pagar um auxílio emergencial nos moldes do que foi criado durante a pandemia, que deverá ser um voucher de R$ 5 mil por família. O benefício seria pago de uma só vez para permitir que os desabrigados possam reequipar as casas, como com a compra de eletrodomésticos e móveis.

— Espero na quarta-feira estar pronto para ir ao Rio Grande do Sul junto com você (Leite) para fazer o restante dos anúncios que estamos fazendo. O último anúncio só será feito quando a gente estiver festejando a recuperação do Rio Grande do Sul — afirmou o presidente.

O governador pedia o perdão da dívida, mas reconheceu a importância da medida.

— Demos um passo muito importante nessa decisão. A nossa demanda inclui um pedido de quitação desses valores, que até aqui não se viabilizou, mas entendemos que é um passo — disse o governador gaúcho. — É claro que ainda vamos querer discutir mais, tratar de outros pontos. Infelizmente não posso dizer que será suficiente essa medida. O presidente e o ministro (Fernando Haddad, da Fazenda) têm consciência disso.

Leite apontou que os efeitos da tragédia "se farão sentir por alguns anos", e os governos local e federal vão precisar pensar em soluções "mais perenes e de longo prazo". Até ontem, de acordo com a Defesa Civil, as enchentes já haviam causado 147 mortos, e há 127 desaparecidos. A quantidade de desalojados chega a 538,2 mil pessoas. Os atingidos diretamente pelos alagamentos ou deslizamentos de terra são 2,1 milhões. Mais de 77 mil pessoas estão em abrigos.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nas redes sociais que a Casa vai analisar ainda esta semana o projeto de lei complementar sobre a suspensão da dívida. A proposta do governo prevê usar o dinheiro em um fundo público com propósito específico de ações de enfrentamento e mitigação dos danos com calamidade pública. A medida poderia ser usada futuramente em outros estados atingidos por calamidades reconhecidas pelo Congresso.

No caso do voucher, a ideia é que a despesa seja bancada pelo governo federal para atender famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social — que reúne beneficiários do Bolsa Família e também famílias fora desse programa. A medida faz parte de um pacote que será definido hoje por Lula.

Em um primeiro momento, devem ser beneficiadas 100 mil famílias, o impacto seria da ordem de R$ 500 milhões. A princípio, o governo não deve estabelecer restrição ao destino dos recursos pelas famílias.

Em relação ao apoio do CAF, R$ 306 milhões seriam de uma linha de crédito para o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), com juros reduzidos e prazos esticados, que serão destinados à reconstrução de moradias, auxílio à micro e pequenas empresa, ações de melhoria do habitat e reconstrução de infraestrutura. Outros R$ 382 milhões deverão ser destinados ao Programa de Reconstrução e Resiliência Climática do governo brasileiro.

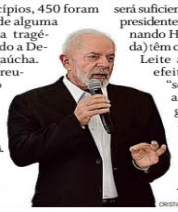
O CAF também tem à disposição R$ 408 milhões em recursos que já havia sido aprovados pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex) para a prefeitura de Porto Alegre por meio do Programa de Inovação Social e Transformação Territorial. O financiamento poderá ser destinado, agora, à reconstrução da capital gaúcha.

CRÍTICAS DE LULA

Em uma reunião ministerial para discutir a catástrofe, Lula apontou que, além da chuva, a falta de cuidado com as comportas em Porto Alegre, que deveriam servir para deter as águas do Rio Guaíba, teria colaborado para prejudicar o cenário das enchentes:

— Esse fenômeno que aconteceu me parece que não foi só o da chuva. Me parece que tem o fenômeno também das pessoas que não cuidaram das comportas que deveriam ter cuidado há muito tempo. Mas tudo isso é um problema a ser resolvido daqui para frente, e nós vamos tentar apresentar a nossa contribuição

(Alice Cravo, Bernardo Lima, Geralda Doca e Jeniffer Gularte, de Brasília, Marcelo Osakabe, do Valor, de São Paulo, Luís Felipe Azevedo e Lucas Guimarães, estagiário sob a supervisão de Alfredo Mergulhão, do Rio)



CRISTIANO MARIZ

Volta amanhã. Lula vai de novo ao Rio Grande do Sul

MARCELO OLIVEIRA/CHENEWS

Medida de emergência. Sacos são usados para formar trincheira contra a alta do Rio Guaíba em Porto Alegre

A AJUDA PROMETIDA PELO GOVERNO FEDERAL

Suspensão da dívida

A medida vai valer por três anos. Municípios em situação de calamidade e que têm dívida com o governo federal também serão alcançados pelo benefício. O alívio com a medida deve ser de **R$ 11 bilhões.** Além disso, os juros da dívida durante o período serão zerados, o que vai evitar que o total cresça mais **R$ 12 bilhões.** O presidente da Câmara, Arthur Lira, diz que o projeto com o perdão deve ser avaliado esta semana.

A contrapartida

Além de perdoar a dívida, a proposta do governo que precisará ser aprovada pelo Congresso prevê que o dinheiro economizado deve ir para um fundo público para financiar ações de enfrentamento e mitigação dos danos decorrentes da calamidade pública e suas consequências. A medida passaria a valer para qualquer estado que declarar emergência aprovada pelo Legislativo.

Vouchers para as vítimas

Está em avaliação um voucher de **R$ 5 mil** a ser distribuído diretamente para os desabrigados. A ajuda seria semelhante ao auxílio emergencial, concedido durante a pandemia de Covid-19. O benefício deve ser anunciado pelo presidente Lula em viagem ao Rio Grande do Sul amanhã. A medida era estudada desde a semana passada, mas inicialmente se pensava em atender a famílias no CadÚnico para a compra de eletrodomésticos da linha branca

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Brasil **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.